

Título: A reinvenção do cotidiano escolar: percepções de docentes de turmas regulares sobre a inclusão

Autor(es) Aline de Souza Vasconcellos do Valle

E-mail para contato: mriosmartins@terra.com.br

IES: FESVV

Palavra(s) Chave(s): Direito Constitucional, Direito à Educação, Inclusão, Representações

RESUMO

A Constituição Federal de 1988 prevê a garantia do direito à educação de maneira ampla por meio de dispositivos como o Art. 206, que estabelece o direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O presente estudo busca realizar análise da eficácia social do direito à educação, nas turmas com a presença de alunos com necessidades especiais da rede de ensino municipal de Vitória/ES. Estabelece como delimitação temática refletir sobre as percepções de docentes atuantes em classes inclusivas da Rede Municipal de Ensino de Vitória, tendo como ponto específico de análise as representações dos docentes quanto ao conceito de inclusão e a realidade inclusiva. Para isso, apresenta um breve panorama quanto aos documentos internacionais que introduziram a concepção inclusiva na educação brasileira, destacando o papel do docente na construção dessa nova percepção educacional, além de realizar apontamentos sobre o direito à educação presente na Constituição Federal de 1988. O desenvolvimento da pesquisa se deu em duas etapas: pesquisa em fontes primárias e secundárias, que oferecem o embasamento teórico do trabalho, e pesquisa de campo. O público alvo da pesquisa foram professores atuantes em turmas inclusivas das oito regiões administrativas da cidade de Vitória, tendo como objetivo levantar dados de docentes atuantes em diferentes realidades sociais. A coleta de dados compreendeu a utilização de questionários com perguntas fechadas e abertas e entrevistas não dirigidas, com a liberdade do entrevistado para expressar suas opiniões e sentimentos, onde o entrevistador tem o papel de propor o assunto. A análise dos dados aponta para as seguintes reflexões: (1) prevalece entre os docentes a percepção de que a inclusão trouxe a diminuição da discriminação e o respeito às diferenças; (2) não há conscientização solidificada quanto ao conceito de educação inclusiva, prevalecendo entre os docentes a percepção do conceito de acesso à educação por alunos com necessidades especiais dissociado do conceito de acesso à aprendizagem; (3) é necessária a interação entre Direito e Educação para a divulgação dos conceitos concernentes ao direito à educação entre docentes.